

## ARTIGOS ORIGINAIS

### **Extensão universitária: a percepção de acadêmicos de uma universidade federal do estado do Rio Grande do Sul**

*University extension: the perception of the academics of a Rio Grande do Sul federal university*

#### RESUMO

A universidade possui como objetivo a formação de egressos críticos e com autonomia intelectual, comprometidos com as necessidades do corpo social. Nesse contexto, a extensão universitária cumpre importante papel na formação técnica completa, bem como na construção de indivíduos humanizados. O presente artigo teve como objetivo principal identificar percepções da comunidade acadêmica de uma universidade federal do Rio Grande do Sul sobre as ações de extensão realizadas na instituição, a partir de um estudo exploratório, de cunho quantitativo e qualitativo, usando o método de levantamento do tipo Survey e análise documental. A pesquisa foi realizada com 90 acadêmicos que participaram da equipe executora de ações de extensão da universidade. Os resultados encontrados apontam que a extensão feita pela universidade está voltada para projetos sociais que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população e para a formação completa dos estudantes elaborando novas práxis de conhecimento através do saber vindo da comunidade. Entretanto, os discentes ainda encontram algumas dificuldades para participarem das ações de extensão devido à dificuldade na obtenção de informações. As ações de extensão realizadas pela instituição vêm alcançando anseios das políticas educacionais.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. Discentes. Universidade.

#### ABSTRACT

The university aims the formation of critical graduates with intellectual autonomy, committed to the needs of the social body. In this context, university extension plays an important role in the complete technical training, as well as in the construction of humanized individuals. In this way, this article aimed to identify perceptions of the academic community of a Rio Grande do Sul Federal University

Mikaela Daiane Prestes Floriano

Graduanda em Administração (Bacharelado) na Universidade Federal do Pampa, Rio Grande do Sul (mikaelapfloriano@gmail.com).

Isabela Braga da Matta

Doutoranda em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professora da Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Rio Grande do Sul (isabelabragadamatta@gmail.com).

Felipe Leindecker Monteblanco

Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul; técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), Campus Santana do Livramento, Rio Grande do Sul (felipemonteblanco@ifsul.edu.br)

André Luís Baumhardt Zuliani

Graduando em Administração (Bacharelado) na Universidade Federal do Pampa, Rio Grande do Sul (zuliani.int@gmail.com).

about the extension actions carried out in the institution. For that, an exploratory study, of quantitative and qualitative character was carried out, using the Survey method and documentary analysis. The research was carried out with 90 academics who participated in the executing team of the university extension actions. The results shows that the extension made by the university is focused on social projects that contribute to the improvement of the population's life quality and to the complete formation of the students, elaborating new praxis of knowledge through the knowledge coming from the community. However, the students still find some difficulties to participate in the extension actions due to the difficulty in obtaining information. The extension actions carried out by the institution are reaching educational policy goals.

**Keywords:** University extension. Students. University.

## INTRODUÇÃO

A universidade é um espaço de transformação pessoal e profissional dos estudantes, em que seus potenciais e suas capacidades deverão ser moldados e exercitados por meio da prática da cultura profissional ou da reflexão advinda do contato com o saber científico da academia e o saber empírico da sociedade. O ensino, a pesquisa e a extensão, pilares de sustentação das universidades, são mecanismos de fomento dentro das instituições de ensino, que promovem a formação profissional e cultural completa dos estudantes, e conduzida de forma articulada, possibilita à universidade trabalhar de forma efetiva no crescimento da comunidade onde está inserida. Por esta razão, as Instituições de Ensino Superior (IES) necessitam ofertar não somente conteúdos da grade curricular, mas também, fornecer ações que venham instigar os acadêmicos no processo de aperfeiçoamento de sua formação.

A Universidade como instituição social e de formação profissional tem adquirido diversas funcionalidades ao longo do tempo. Em diferentes cenários, sobretudo, elas devem estar comprometidas com a produção e disseminação do conhecimento científico e melhoria do bem-estar comum. Desse mesmo modo, de acordo a Política Nacional de Educação, as IES possuem não somente diretrizes pedagógicas, mas também de órgão integrador social, político e cultural. Sousa (2010, p.

13) evidencia que “a Universidade tem a função de socializar o saber que produz, e desta forma, é também responsabilizada pela integração social dos indivíduos”. Nesse contexto, têm-se as práticas de extensão universitária como elo entre academia e sociedade, tratando-se da relação social do saber científico através do contato entre os indivíduos da academia com o exterior.

A extensão universitária desempenha função vital na formação das universidades, sendo notável desde o início da implantação do ensino superior no país, a busca por atividades que, além de beneficiarem as classes menos favorecidas, estabeleçam uma relação próxima entre os discentes e os problemas sociais do país. Assim, as práticas extensionistas ficam reafirmadas como processo acadêmico indispensável na formação dos alunos, na qualificação dos professores e na troca com a sociedade (FORPROEX, 1987). O Plano Nacional de Extensão Universitária prevê, como contrapartida à universidade, que as práticas extensionistas favoreçam de maneira imediata o aprendizado concreto dos membros da academia envolvidos nas ações, buscando que venham se empoderar de conhecimento prático e de vivência com a comunidade, preparando-os para atuação como agentes transformadores. Para Biondi e Alves (2011, p. 220), o papel da extensão universitária é “ampliar a visão de mundo do aluno, do professor e do funcionário que participam das atividades, é pela prática extensionista que o contato com mundo além-muros se torna mais maleável”.

Considerando a importância das atividades de extensão universitária no processo de formação dos acadêmicos, este estudo tem o seguinte problema de pesquisa: Qual a percepção da comunidade acadêmica de uma Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre as ações de extensão que estão sendo realizadas na instituição?

Sendo assim, o objetivo geral busca identificar percepções da comunidade acadêmica de uma universidade federal do Rio Grande do Sul sobre as ações de extensão que estão sendo realizadas na instituição. Especificamente, pretende-se: i) descrever o perfil sociodemográfico dos respondentes; ii) identificar características presentes nas ações de extensão que estão sendo realizadas na instituição; iii) averiguar as contribuições das ações de extensão para a formação acadêmica; e iv) verificar, na visão dos acadêmicos, contribuições das ações de

extensão para o desenvolvimento do município onde a universidade está inserida. Para isso, o presente artigo foi organizado em cinco partes. Tem-se, na primeira parte, a introdução, seguido de um levantamento bibliográfico pertinente ao estudo. A metodologia utilizada está contemplada na terceira parte do artigo, seguida da análise e discussão dos dados e, por fim, na quinta parte, se apresenta as considerações finais deste.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### **Extensão universitária no Brasil**

O Brasil em seu contexto histórico vem modificando seu modo de conceituar e pensar as funções da Universidade na sociedade. Desde as primeiras tentativas de criação, no período colonial, até os dias atuais, a universidade brasileira tem como objetivo básico a formação profissional e a geração do conhecimento. Entretanto, mostrou-se necessário o “algo a mais” em relação às contribuições que as instituições devem ofertar ao corpo social. Como solução para essa questão, as universidades encontraram na extensão universitária a maneira de cumprir seus compromissos com a sociedade. Para Botomé (1996, p. 52),

essa concepção desenvolveu-se, principalmente, em um estágio do sistema educacional no qual os modelos pedagógicos disponíveis eram insatisfatórios porque o "ensino" formal parecia afastar os alunos da realidade dos problemas sociais.

Essa relação estreita com a comunidade teve início através dos cursos das convenções abertas à comunidade, os quais eram oferecidos pela Universidade Livre de São Paulo (1912-1917) e também, pela assistência técnica dada aos agricultores através de atividades de extensão da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e da Escola Agrícola de Lavras, ambas em Minas Gerais (hoje correspondem às Universidades Federais de Viçosa e de Lavras, respectivamente), que orientavam suas ações assistenciais para prestação de serviços no

meio rural (PIMENTEL, 2015).

A extensão universitária apareceu oficialmente pela primeira vez no Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, caracterizando-se como ações que promovessem cursos e conferências de caráter educacional. As ações de extensão reaparecem timidamente na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1961, colocadas como instrumento de disseminação do conhecimento acadêmico produzidos pelas IES e também como requisito para o credenciamento de universidades (SOUSA, 2010).

Durante esse período, o Movimento Estudantil ganhava força no país, sendo notável a sua atuação em atividades de caráter extensionista. Com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em agosto de 1937, cresce a proposta de atuação dos estudantes para com a sociedade, almejando a participação dos acadêmicos na vida social das comunidades, especialmente das classes populares (NOGUEIRA, 2001; SOUSA, 2010). Através de documentos produzidos durante o I, II e III Seminário de Reforma Universitária, a UNE propunha reforçar a demanda por uma universidade praticante de uma extensão universitária que destinasse assistência para diferentes classes (NOGUEIRA, 2001). Para Machado (2009) esses seminários foram marcos do Movimento Estudantil no Brasil, pois, por meio deles, iniciou-se a busca por um maior compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo, e também a defesa de uma Universidade com ênfase nas atividades de extensão.

Oficialmente, a obrigatoriedade da extensão universitária nas IES se apresentou no texto da Lei Básica da Reforma Universitária nº 5.540/68 (BRASIL, 1968). O conteúdo desta lei ainda fazia menção à extensão como prestação de serviços e cursos por parte da Universidade à comunidade externa, não exercendo as ações de extensão como as conhecemos atualmente. Sobre isso, Nogueira (2001) sinaliza que a extensão continuou a ser tratada como transmissão do ensino e resultado da pesquisa para a comunidade.

Ao longo do Governo Militar no país, as propostas vindas dos estudantes foram utilizadas para institucionalização da extensão universitária, para tal, foram criados dois programas principais: o Projeto Rondon e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC). O programa CRUTAC foi criado,

em 1966, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o objetivo de proporcionar a atuação dos estudantes em comunidades rurais do país. O Projeto Rondon, criado em 1968, com apoio das Forças Armadas, caracterizou a participação da juventude e da Universidade nos processos de desenvolvimento nacional (BOTOMÉ, 1996; NOGUEIRA, 2001; SOUSA, 2010; SOUZA, 2005). Embora aproximasse os alunos universitários à realidade popular, o projeto Rondon não pôde ser descrito como uma ação de extensão, mas sim como mecanismo de apoio à extensão universitária. Isso porque, a universidade não era a principal idealizadora e seus objetivos não se tratavam de questões universitárias. Contudo, o caráter assistencialista desses projetos permaneceu dentro das instituições de ensino após dissipação do Movimento Estudantil, ainda considerando a compreensão de extensão universitária como prestação de serviço (GURGEL, 1986; SOUSA, 2010).

Sousa (2010) afirma que a institucionalização da extensão universitária ocorreu oficialmente em 1974, através da publicação das Portarias nº 289 e nº 398, do Ministério de Estado do Interior (MINTER), e por intermédio da criação da Comissão Mista MEC/MINTER, de onde se constituiu a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE). A principal função da CODAE foi coordenar políticas de extensão universitária e disseminar tais políticas nas universidades brasileiras. O legado dessa comissão foi a maneira como as universidades deveriam coordenar suas ações extensionistas. E, junto ao Plano de Trabalho de Extensão Universitária (1975), padronizou a extensão, que deveria ser seguida pelas universidades de todo o país. Nogueira (2001) atesta que a partir da atuação da Comissão Mista MEC/MINTER, as questões referentes à extensão universitárias iniciaram de fato.

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária definiu a “extensão” como um subsistema componente do sistema universitário, que se estende a demais atores locais, recebendo um influxo de retroalimentação do ensino e da pesquisa, sendo desenvolvida por meio de cursos, serviços, dentre outros. Como reflexo das ações propostas pela CODAE, a extensão passou a ser uma estrutura de importante reconhecimento para o MEC e para as universidades, influenciando e caminhando lado a lado com o novo momento da Universidade brasileira. Machado (2009) reforça que a nova condição da Universidade influenciou direta e profundamente a extensão

universitária, visto que esta nova fase modificou o entendimento sobre extensão e deu início ao processo de institucionalização da mesma.

O conceito de extensão universitária conhecido atualmente começa a ganhar suas formas a partir da fundação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras (FORPROEX), em novembro de 1987, objetivando o fortalecimento, a avaliação, a institucionalização e articulação da extensão nas universidades. A criação desse Fórum ocasionou em uma reformulação conceitual sobre a extensão e uma reavaliação da função social das universidades públicas (SOUSA, 2010). Paula (2013) vai além, e atribui o significativo avanço da extensão no país à criação do FORPROEX, isso porque, por intermédio dele são construídas políticas acompanham, avaliam e fomentam as ações extensionistas, efetivando sua institucionalização.

No I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, uma nova definição foi dada à extensão universitária

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (FORPROEX, 1987).

Em consonância aos preceitos constituídos durante o I Encontro Nacional de Extensão, a Constituição de 1988 dispôs o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a universidade ultrapassou o limite educacional de ensino e pesquisa, e passou a inserir a extensão como componente de sistema de aprendizado ofertado pelas IES, concebendo o conhecido “tripé acadêmico”. A definição sobre extensão estabelecida no I Encontro

de Pró-Reitores de Extensão vigora até os dias atuais e se tornou referência para as universidades e para políticas que envolvam a extensão universitária (MACHADO, 2009; NOGUEIRA, 2001).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em janeiro de 2001, estruturou metas para todos os níveis de ensino, inclusive ao ensino superior, e quanto à extensão, inseriu em seu Art. 23 a necessidade de implementação do Programa de Desenvolvimento da Extensão, que estipulou 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior reservadas para a participação dos alunos em ações e práticas de extensão (BARBOSA, 2012).

Além do PNE e do Programa de Desenvolvimento da Extensão (PDE), foi publicado o Plano Nacional de Extensão Universitária, em novembro de 1999, que ampliou o entendimento de como as IES devem proceder frente a extensão e estipulou objetivos, metas e diretrizes para a consolidação, institucionalização e indissociabilidade com o ensino e a pesquisa das práticas extensionistas nas universidades.

Em 2003, o MEC elaborou um instrumento com a finalidade de auxiliar as IES no desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária, o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), que possui como ênfase a formação dos alunos e a inclusão social. Para Sangenis (2012, p. 31) através dessas políticas “ficou fortalecida a ideia que a finalidade da extensão universitária é a de servir de instrumento de política social como o objetivo de superação das desigualdades sociais existentes”. A partir desse momento, a extensão universitária passa a ser compreendida como legítima prática de desenvolvimento acadêmico. Nesse sentido, Martins (2008) esclarece que, através do contato da comunidade acadêmica com a sociedade, diferentes práxis do conhecimento são adquiridas, proporcionando aos estudantes uma visão diferenciada da realidade social.

Os anos que sucedem o PROEXT se caracterizam pela melhoria de políticas de institucionalização, políticas de financiamento, busca pela indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e gradativo crescimento de interação entre universidade e comunidade por meio de ações de extensão. Nesse período, o FORPROEX disponibilizou para as universidades e a população em geral documentos referentes à extensão universitária, como o documento “Organização e

Sistematização”, que apresenta as diretrizes para as ações de extensão universitária, a saber: impacto e transformação, que prevê uma relação entre universidade e demais setores da sociedade com vistas a uma atuação transformadora, voltada aos interesses e necessidades da população; interação dialógica, pautada no desenvolvimento da relação universidade e setores sociais por meio do diálogo, da troca de saberes e superação de desigualdades e de exclusão; interdisciplinaridade, caracterizada pela condução à interinstitucionalidade construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas; e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, que dispôs sobre o vínculo necessário entre o tripé acadêmico no processo de formação do profissional cidadão (FORPROEX, 2007). Fica evidenciado nas diretrizes fixadas pelo FORPROEX o vínculo que deve existir entre as IES e a sociedades, garantindo a troca de saberes que deve corroborar com o processo de crescimento e desenvolvimento dos alunos de universidades públicas brasileiras.

Visando a sistematização das ações de extensão, foi elaborada pelo Fórum uma classificação de áreas temáticas, as quais todas as ações extensionistas das universidades devem seguir, a saber: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. Essas áreas abrangem as diversas e principais áreas de atuação das universidades. Isto é, as atividades extensionistas podem se configurar em diversos campos, abrangendo múltiplas necessidades da comunidade e fortalecendo o aprendizado dos diferentes tipos de alunos das universidades brasileiras. No ano de 2013, por meio da Portaria nº 61, da Secretaria de Educação Superior do MEC, surge uma importante ação para a gestão das políticas de extensão universitária, a criação da Comissão Nacional de Extensão Universitária (CONEX), que se torna responsável por “formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas à gestão do Programa Nacional de Extensão Universitária (PROEXT) e, em caráter complementar, à extensão universitária” (MEC, 2013).

Percebe-se que, através do apoio dos governos, por intermédio do MEC, políticas das IES e participação assídua do FORPROEX, os últimos anos são marcados por um crescimento acentuado das práticas de extensão nas universidades, aumentando a integração da academia com a sociedade e consequentemente com seus problemas. A extensão demonstra-se hoje, como um processo para a formação

universitária completa e parte importante da identidade histórica das Universidades. Existindo ainda lacunas sobre os próximos passos que serão dados pela extensão e para sua institucionalização nas universidades brasileiras.

### **Extensão como processo da formação universitária**

Como parte da função acadêmica das instituições, a extensão universitária, juntamente com o ensino e a pesquisa, além de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, traz em sua essência a elaboração de novas práticas para a instituição de ensino e principalmente para os acadêmicos que participam do processo de desenvolvimento dessas ações. Isso se dá por meio da relação e da vivência com os problemas sociais e cotidianos da sociedade.

Os reflexos das práticas acadêmicas em ações de extensão universitária têm como perspectiva ultrapassar a ideia de uma ciência meramente técnica, ou seja, visam à formação de indivíduos capazes de exercitar diferentes dimensões humanas (JEZINE, 2004). Além de situações e dimensões políticas sociais, a Universidade encontra, nas ações de extensão, características necessárias para a construção de profissionais com perfil para atender os mais distintos desafios do mercado de trabalho. Para Silva et al. (2014) é impossível pensar na formação de profissionais sem o embasamento teórico vindo do ensino e da pesquisa das instituições e as problematizações vindas da sociedade. Abranches (2014) ressalta que as ações de extensão universitária, desempenham importante papel na formação acadêmica a partir da sistematização de ideias e da produção de conhecimento inerentes a essas atividades.

É possível perceber que o desenvolvimento dos discentes extensionistas está calcado em uma aplicação imediata dos conhecimentos técnico-científicos adquiridos nas universidades, o que acaba por torná-los atores sociais responsáveis pelas mudanças necessárias na sociedade. Em documentos elaborados pelo FORPROEX fica evidente a defesa de uma concepção de formação profissional dos alunos das universidades públicas brasileiras pautadas em um olhar crítico composto pela interação da universidade com a sociedade. No mesmo sentido, Abranches (2014, p. 49) destaca que a extensão universitária

“é uma ação pedagógica que contribui para a formação de profissionais cidadãos tecnicamente competentes e comprometidos com uma sociedade mais justa”.

Com base nas propostas, conceitos e concepções do FORPROEX e na literatura acerca do tema, torna-se compreensível que o processo de aprendizagem dos discentes vindo por meio da extensão universitária caracteriza-se como um ciclo (Figura 1).

Figura 1 – Processo de aprendizagem dos discentes por meio da extensão universitária.



Fonte: Os autores (2017).

O processo de formação iniciado na Universidade através do ensino e da pesquisa forma o conhecimento teórico e técnico dos acadêmicos. Ao externarem tais conhecimentos, eles corroboram para o desenvolvimento e melhorias nas comunidades beneficiadas. Em contrapartida, os alunos passam a aderir conhecimentos práticos vindos da vivência com a comunidade, o que influi para a formação de profissionais (e cidadãos) qualificados, críticos e comprometidos.

Professores, servidores e alunos, principalmente, ao voltarem para a instituição de ensino, já de posse de novas práxis de conhecimento, completam a estrutura universitária e atendem aos principais questionamentos sobre os objetivos das universidades, que vão desde uma dinâmica concreta no processo de formação profissional até a contribuição efetiva para com a sociedade. Nesse sentido, Abranches (2014) considera que a extensão universitária oportuniza a acadêmicos e docentes a convivência e o envolvimento com diferentes realidades sociais e culturais, ocasionando possíveis discussões e pesquisas dentro das instituições de ensino sobre questões formuladas através

dessa vivência. Assim, tendo esse ciclo de aprendizagem uma retroalimentação ao buscar solucionar questões vindas do convívio da comunidade universitária com o meio externo.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa possui uma abordagem de cunho qualitativo ao ser realizada uma pesquisa nos documentos da IES para que se conhecessem as ações de extensão realizadas por ela, e quantitativo, que, para Richardson (2012), se descreve pelo emprego da quantificação, tanto na etapa da coleta dos dados, quanto na análise destes através de técnicas estatísticas. Esse método de pesquisa mostra-se condizente com o objetivo deste estudo, pois, tem-se a finalidade de descobrir os principais atributos vistos pela comunidade acadêmica sobre a extensão universitária de forma que se possa quantificar e mensurar os resultados. O procedimento para a coleta de dados foi uma *survey*, que é um método em que é possível realizar inferências sobre uma população a partir de uma amostra estudada (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Optou-se por uma pesquisa exploratória por ela possibilitar maior familiaridade com o problema a ser estudado, tornando-o mais explícito, e proporcionar o aperfeiçoamento de ideias (GIL, 1999). Nesta pesquisa, a intenção é ampliar o conhecimento e identificar características a respeito do tema de estudo, nesse caso, a extensão universitária.

A coleta de dados primários ocorreu a partir da aplicação de um questionário aos discentes que participaram de ações de extensão de uma instituição de ensino superior federal do estado do Rio Grande do Sul. O questionário utilizado foi uma adaptação do questionário extraído da dissertação de Barbosa (2012), com questões divididas em quatro blocos, sendo o primeiro bloco composto por questões estruturadas e fechadas, em que se identificaram os fatores sociodemográficos dos respondentes, e os demais blocos seguem a escala Likert de cinco pontos e algumas questões abertas. Essa escala é utilizada para mensurar atitudes ou opiniões. Dividida entre cinco e sete pontos, avalia-se a intensidade que o questionado concorda ou discorda com um conjunto de afirmações (HAIR JÚNIOR et al.,

2005). Os dados secundários foram coletados através de pesquisa em documentos institucionais da instituição estudada.

O método utilizado para encontrar a amostra de discentes da IES que deveriam responder ao instrumento de coleta de dados foi a amostragem não probabilística por julgamento. Para identificar o tamanho da amostra, utilizou-se a equação a seguir (Tabela 1), sugerida por Levine (2013), para estimar a proporção populacional:

**Tabela 1 – Cálculo amostral.**

---

N = População    Z = Grau de confiança    e = erro amostral  
p = Proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria estudada  
q = Proporção populacional de indivíduos que não pertence à categoria estudada  
(q= 1-p)

$$N = \frac{z^2 \cdot p \cdot q}{e^2} \qquad N = \frac{1,64^2 \cdot 0,10 \cdot 0,90}{0,05^2} = 96,82 \cong 97$$

---

Fonte: Os autores (2016), adaptado de Levine (2013).

Com base no cálculo apresentado, tem-se a amostra para a aplicação de questionários aos alunos da IES de 97 acadêmicos que participaram das ações de extensão. Para alcançar esse resultado, o grau de confiança utilizado foi de 90%, que representa 1,64 da distribuição normal. O erro amostral utilizado foi de 10%. A população total de alunos da instituição estudada é de 10.968, que corresponde aos acadêmicos dos 10 campi da universidade. A pesquisa foi realizada em apenas um campus, que tem como proporção dessa população 1.200 discentes, referente à cerca de 10% do total da população. Assim, tem-se p=0,10 e q=0,90. Em virtude da dificuldade de contato com alguns acadêmicos que participaram da equipe executora das ações de extensão da universidade, foram aplicados 90 questionários entre alunos dos diferentes cursos ministrados na instituição.

A fim de prover, por meio dos dados coletados, elementos que possam orientar e facilitar a interpretação e análise de dados, por se tratar de uma pesquisa de cunho quantitativo, utilizaram-se procedimentos estatísticos, como medidas de tendência central, medidas de dispersão e coeficiente de correlação entre variáveis. A análise documental foi utilizada como técnica referente à pesquisa qualitativa. Para a tabulação dos dados foi utilizado o software *Microsoft Office Excel*® e para o

tratamento estatísticos foi utilizado o software *Statistical Package for the Social Sciences*<sup>®</sup>. A análise e discussão dos resultados obtidos através da aplicação do instrumento de coleta de dados se deram em consonância com a metodologia aplicada contemplando variáveis quantitativas e qualitativas.

## ANÁLISE DOS DADOS

### **O perfil sociodemográfico dos respondentes**

A amostra desta pesquisa, composta por 90 alunos participantes da equipe executora de ações de extensão desenvolvidas por uma universidade federal do estado do Rio Grande do Sul, apresenta-se bastante dividida quanto ao sexo dos discentes, sendo 46,7% indivíduos do sexo feminino e 53,3% do sexo masculino. Em relação à idade, 71,1% dos respondentes estão na faixa etária entre 17 a 24 anos, apenas 26 discentes disseram possuir idades superiores a essas. Referente ao estado civil, a amostra foi bastante concentrada, caracterizando um perfil de respondentes solteiros (86,7%). A grande maioria dos alunos extensionistas possui o ensino superior incompleto (78,9%). Sobre a origem escolar, foi encontrada uma amplitude na formação integralmente feita em escola pública, conforme pode ser observado na Tabela 2.

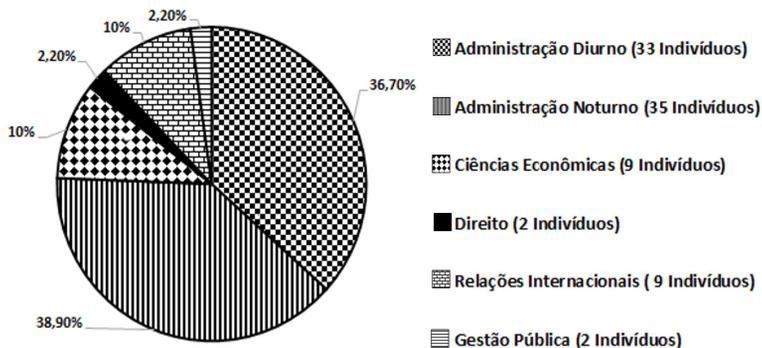
Tabela 2 – Perfil sociodemográfico dos respondentes discentes.

	Opções	Frequência	Percentual
Sexo	Feminino	42	46,7%
	Masculino	48	53,3%
Idade	De 17 a 20 anos	16	17,8%
	De 21 a 24 anos	48	53,3%
	De 25 a 28 anos	10	11,1%
	De 29 a 32 anos	11	12,2%
	33 anos ou mais	5	5,6%
Escolaridade	Médio/profissional	2	2,2%
	Superior Incompleto	71	78,9%
	Superior Completo	8	8,9%
	Pós-Graduação Incompleta	9	10%
Origem escolar	Integralmente em escola pública	67	74,4%
	Integralmente em escola particular	15	16,7%
	Maior parte em escola pública	4	4,4%
	Maior parte em escola particular	4	4,4%
Estado Civil	Solteiro	78	86,7%
	Casado/União Estável	12	13,3%

Fonte: Os autores (2016).

O Gráfico 1 apresenta os cursos em que esses alunos estão distribuídos. O curso de Administração possui a maior representatividade de respondentes que participaram de ações de extensão. Os cursos de Ciências Econômicas e Relações Internacionais possuem o mesmo número de indivíduos compondo a amostra (9 indivíduos), bem como os cursos de Direito e Gestão Pública que totalizam o mesmo percentual de representatividade (2,2%).

Gráfico 1 – Representatividade dos alunos por curso.



Fonte: Os autores (2016).

O turno em que os discentes estão em aula e o tempo que permanecem na instituição também são analisados. Pôde-se perceber que não existe uma grande concentração de dados quanto aos turnos que os respondentes da amostra assistem às aulas: 50% estão em aulas durante o período da noite e os outros 50% dos discentes têm suas atividades de ensino no período diurno ou integral. Quanto ao tempo de permanência na instituição, a grande maioria frequenta as aulas durante três anos ou mais.

### **Características das ações de extensão realizadas pela instituição e contribuições para a formação acadêmica**

Buscando averiguar percepções dos discentes sobre as ações de extensão realizadas pela instituição, inicialmente verificou-se se os alunos conseguem compreender o conceito de extensão universitária, tal qual definido pelo FORPROEX (1987) – processo que viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade através da educação, da cultura e da ciência –, bem como identificar se eles entendem a finalidade dessa função universitária que Sangenis (2012) evidencia ser o organismo para a superação das desigualdades sociais e importante fator para a formação completa dos alunos. Desse modo, ao serem questionados sobre o entendimento do conceito de extensão universitária, 53,3% dos respondentes parecem compreender tal definição. Entretanto, 46,7% dos indivíduos, mesmo participando de ações extensionistas, não conseguem definir e identificar suas finalidades.

Os que demonstraram compreender a definição de extensão universitária a estabelecem como uma atividade que vai além de aprimorar o conhecimento, mas que contribui para a melhoria da sociedade colocando em prática o estudo teórico, elaborando novos questionamentos e pesquisas, e, desta forma, contribuindo diretamente para o processo de formação acadêmica dos estudantes. Os alunos relacionam esse tipo de ação como forma de colaborar com o crescimento pessoal e profissional dos universitários. De forma intrínseca, essa definição estabelecida pelos discentes contém a diretriz “indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão” fixada pelo FORPROEX (2007), que estabelece que as ações de extensão devam favorecer o processo de formação de pessoas, sendo o aluno o principal eixo desse processo, colaborando simultaneamente para o seu crescimento pessoal e profissional.

Para que, de fato, fosse possível identificar a percepção dos discentes e características presentes nas ações de extensão da universidade pesquisada, foi elaborado o constructo “percepção sobre extensão”. As variáveis que compõem esse constructo foram retiradas das perguntas do instrumento de coleta de dados que se fundamentam na escala tipo Likert. Para identificar quais eram as questões das quais seriam retiradas as variáveis que originaram o constructo, foi realizado um teste de Correlação de Person. Assim, as questões que estavam fortemente correlacionadas formaram as variáveis do constructo (Quadro 1). O constructo obteve o Alfa de Cronbach 0,846, o que demonstra uma confiabilidade do constructo alta. Portanto, neste estudo, a percepção dos alunos da instituição será considerada como a percepção dos respondentes a partir das variáveis expostas.

Quadro 1 – Variáveis do constructo percepção sobre extensão universitária.

Variável	Questão	Média	Desvio padrão
Eventos	Você participa dos eventos de extensão da universidade?	3,26	1,06
Atividades sociais	Você fica(ou) sabendo das atividades sociais e culturais de extensão que são realizadas pela universidade?	3,32	1,10
Informações sobre extensão	Você recebeu informações sobre a extensão quando ingressou na universidade?	2,61	1,27
Conhecimento	Você já foi informado ou tomou conhecimento sobre os programas ou projetos de extensão desenvolvidos na universidade?	3,61	1,06
Acesso ao site	Você acessa o site da Pró-Reitoria de Extensão?	1,80	1,03
Pesquisa-Ensino	Quanto às ações de extensão da universidade que conhece, você percebe que: estão articuladas com a pesquisa e o ensino.	3,56	1,07
Democratização	Quanto às ações de extensão da universidade que conhece, você percebe que: contribuem para a democratização do ensino.	3,77	1,05
Articulação	Quanto às ações de extensão da universidade que conhece, você percebe que: propiciam a articulação de saberes entre diferentes áreas do conhecimento.	4,28	0,76
Inter-relação	Quanto às ações de extensão da universidade que conhece, você percebe que: contribuem para inter-relação de organizações e pessoas.	4,26	0,66
Impacto social	Quanto às ações de extensão da universidade que conhece, você percebe que: contribuem para a transformação e impacto social da comunidade.	3,99	1,08
Desigualdade	Quanto às ações de extensão da Universidade que conhece, você percebe que: contribuem para a superação de desigualdades e exclusão.	3,66	1,27

Políticas Públicas	Quanto às ações de extensão da universidade que conhece, você percebe que: contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.	3,57	1,290
Diálogo	Quanto às ações de extensão da universidade que conhece, você percebe que: estão interligados a setores sociais estimulando o diálogo.	3,77	1,028
Inserção profissional	Quanto a sua participação em ações de extensão, você concorda que: contribui (u) para a inserção profissional.	3,97	0,930

Fonte: Os autores (2016).

O desvio padrão das variáveis pode ser considerado baixo, sendo o maior 1,290, indicando uma baixa variabilidade na percepção dos discentes quanto às questões elaboradas. Todas as médias dessas variáveis estão acima de 1,80, podendo-se concluir que há uma tendência de os discentes perceberem, na extensão universitária realizada pela IES, as variáveis: eventos, atividades sociais, informações sobre extensão, conhecimento, acesso ao site, pesquisa-ensino, democratização, articulação, inter-relação, impacto social, desigualdade, políticas públicas, diálogo e inserção profissional.

Por meio das respostas dos discentes, foi possível esclarecer que as ações de extensão realizadas pela IES conseguem contribuir para a articulação do ensino e da pesquisa, característica tão discutida por diversos autores quando se fala sobre o tema. Botomé (1996) declara que uma extensão de qualidade deve partir do pressuposto da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Para grande parte dos respondentes, essa característica está presentes nas atividades em que participaram, mostrando efetividade na política de extensão traçada no Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade pesquisada.

Com base nos dados coletados, é possível perceber que as ações de extensão da universidade estão propiciando a junção de saberes das diferentes áreas do conhecimento. Também se verificou que tais ações favorecem a transformação e o impacto social da comunidade. Ainda compreende-se que a participação dos discentes em ações de extensão tem contribuindo para a inserção profissional dos acadêmicos,

corroborando com Nogueira (2001), que afirma que o processo vindo das práticas extensionistas é indispensável na formação do aluno, pois proporciona diferentes tipos de relações disciplinares e colabora para a formação profissional.

O recebimento de informações sobre as ações de extensão no período de ingresso do aluno na universidade é um fator que merece atenção ao demonstrar que parte dos acadêmicos diz ter recebido poucas vezes informações sobre tais ações. No entanto, 56% dos respondentes, que afirmam receber informações sobre as ações de extensão da universidade, atestam que estas são insuficientes e que muitas vezes não atendem suas necessidades. Os acadêmicos ainda identificam a necessidade das ações de extensão serem fomentadas e discutidas em sala de aula, tendo como objetivo que um maior número de alunos possam perceber a importância desse tipo de prática da universidade.

Com a finalidade de complementar o entendimento obtido sobre a visão que os discentes possuem sobre as ações realizadas pela universidade e visando identificar dificuldades potenciais que essas ações podem encontrar, tratando-se da atuação dos acadêmicos, os respondentes foram indagados sobre os motivos que dificultam a participação nas ações de extensão. As respostas estiveram concentradas entre a falta de informação sobre as ações de extensão (30%), a falta de tempo disponível para conciliar aula e outras atividades (33,3%) e a falta de apoio financeiro ou apoio insuficiente (15,6%), o que totaliza 78,9% dos respondentes. Assim, percebe-se a necessidade de iniciativas por parte da IES que venham a melhorar a participação de seus alunos nas atividades de extensão, como, por exemplo, melhorias no processo de comunicação das informações.

Diante do exposto, considera-se, portanto, que os alunos da IES conseguem compreender as ações de extensão de acordo com as características estipuladas pelo FORPROEX, bem como com as definições pactuadas no plano institucional da universidade. O que se percebe é uma extensão voltada para atividades sociais que, concomitantemente, contribuem na formação do aluno extensionista. Os acadêmicos ainda demonstram que as ações realizadas pela instituição fortalecem a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Cabe ressaltar que essa importante característica tem sido debatida desde o I Encontro Nacional de Extensão (1987), que propôs

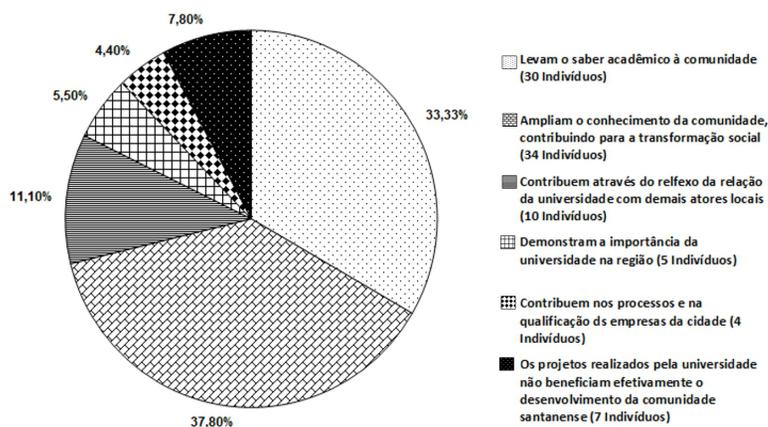
diferentes iniciativas para que esse princípio seja alcançado por todas as universidades públicas.

Compreende-se que a universidade pesquisada está conseguindo contemplar anseios das políticas educacionais que há tanto tempo são debatidos. Entretanto, apesar de a instituição apresentar positivas características que influenciam no crescimento pessoal e profissional dos discentes, é preciso salientar que a falta de informação, elencada pelos acadêmicos como o principal motivo que dificulta a participação deles em ações de extensão, pode se tornar um problema para a consolidação das ações de extensão na universidade. Verifica-se, também, a necessidade de maior fomento por parte de professores e corpo diretivo para que um maior número de alunos da instituição participe e conheça esse processo educativo.

### **Contribuições das ações de extensão para o desenvolvimento da cidade**

Após verificar a percepção sobre as ações de extensão no que tange ao desenvolvimento dos discentes, mostra-se interessante vislumbrar os principais benefícios e as contribuições que as ações de extensão da universidade estão oferecendo à sociedade na visão dos acadêmicos. Os respondentes formaram suas percepções sobre os benefícios e as contribuições das ações extensionistas da IES a partir do contato com a comunidade santanense durante suas participações em ações de extensão, conhecendo, assim, a realidade em que a universidade está inserida. Questionados sobre a forma na qual acreditam que os projetos de extensão da IES contribuem para o desenvolvimento local, os alunos mostraram-se divididos em seis diferentes respostas (Gráfico 2), que vão desde a ampliação do conhecimento da comunidade até a opção negativa de não acreditarem que a universidade consegue efetivamente beneficiar o desenvolvimento da cidade.

Gráfico 2 – Contribuições das ações de extensão para o desenvolvimento da cidade.



Fonte: Os autores (2016).

Grande parte dos acadêmicos entrevistados acredita que as contribuições das ações de extensão da universidade são levar o saber acadêmico para a comunidade e ampliar o conhecimento desta, contribuindo para que haja transformação social (70,41%). Isso reafirma o que Wanderley (1988) caracteriza como sendo o papel da Universidade na sociedade e ratifica o cumprimento da LDB de 1996.

Os discentes identificam que, da relação da universidade com os demais atores locais, surgem reflexos capazes de contribuir para o desenvolvimento do município, dessa forma, indo além da concepção de uma universidade voltada apenas à assistência social, mas, de fato, sendo mediadora e fornecendo apoio essencial para o crescimento de diferentes aspectos da sociedade. Para tanto, é possível afirmar que os acadêmicos conseguem sinalizar uma interação dialógica entre instituição de ensino e os atores sociais (FORPROEX, 2007).

Ainda sob o ponto de vista dos acadêmicos, destaca-se que a universidade pesquisada, por meio de suas atividades de extensão, está contribuindo para a melhoria dos aspectos organizacionais do mercado de trabalho do município onde está inserida. Com isso, é possível perceber a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no contexto vivenciado pela instituição, na qual os acadêmicos, através de diferentes ações, conseguem colocar seu aprendizado em prática e favorecem aspectos econômicos e melhorias nas organizações do

município.

Sob um ponto de vista negativo, 7,80% dos respondentes acreditam que a universidade não está beneficiando efetivamente os moradores do município. A presente pesquisa não identificou os motivos que levam essa parcela de respondentes a não reconhecer tal fato, acredita-se que se trata de uma consequência da falta de acompanhamento, por parte dos alunos, do término de alguns projetos ou ainda do abandono dos acadêmicos de ações nas quais estavam inseridos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discentes que estão divididos entre os cinco cursos ministrados na universidade pesquisada, parecem perceber que a extensão por ela realizada está de acordo com as características estipuladas pelo FORPROEX e que segue as definições pactuadas no plano institucional da universidade.

Com base nas percepções dos acadêmicos, foi possível verificar que as ações de extensão estão voltadas para atividades sociais e que, em contrapartida, contribuem para a formação completa dos estudantes. Todavia, pode-se compreender que os discentes apresentam dificuldades em participar de ações de extensão devido à dificuldade na obtenção de informações. Os acadêmicos evidenciam ainda, a necessidade de apoio vindo da direção e dos docentes da instituição para que haja melhoria nos processos relacionados às ações de extensão universitária.

A compreensão da amostra demonstra que a universidade pesquisada está conseguindo promover seu papel de agente social de desenvolvimento regional, tendo como principais meios a relação da universidade com os demais atores da sociedade, a ampliação do conhecimento da comunidade, a qualificação das empresas da cidade, dentre outros.

Com base na visão dos acadêmicos, mostrou-se evidente a necessidade de melhorias no processo de divulgação das ações de extensão para que não somente os alunos já envolvidos possam melhor acompanhar tais atividades, mas também se possa disseminar essas práticas e envolver maior número de alunos nas ações extensionistas. Desta

forma, sugere-se que, a exemplo de outras IFES e Institutos Federais, a instituição inicie discussões sobre a curricularização das atividades de extensão, onde 10% da carga horária dos cursos de graduação é dedicada à realização de ações de extensão, tornando-se parte efetiva dos cursos. Acredita-se que dessa forma a extensão universitária deixará de fazer um papel secundarista, facultado aos discentes, e passará a ser parte efetiva da formação integral deles. Assim sendo, espera-se que a instituição pesquisada consiga penetrar em áreas não acessadas até então, para que os discentes vivenciem novas experiências ainda não ofertadas nos atuais currículos e que novas metodologias de aprendizagem e pesquisa sejam fomentadas.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, M. Política Nacional de Extensão Universitária: identidade e diretriz para a prática extensionista no ensino superior brasileiro. 2012. In: SILVA, L. D.; CÂNDIDO, J. G. **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2014. p. 39-62.

PIMENTEL, G. A. **Universidade e políticas de extensão no Brasil do Governo Lula: período de 2003 a 2010**. 2015. 281 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BARBOSA, V. C. **Extensão universitária: proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC, 2012.

BIONDI, D; ALVES, G. C. A extensão universitária na formação de estudantes do curso de Engenharia Florestal – UFPR. **REMEA**, Carreiros, v. 26, p. 209-224, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3357>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Lei nº 5.542, de 28 de novembro de 1968. **Lei Básica da Reforma Universitária**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 28 nov. 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 61, de 2 de dezembro de 2013. Institui a Comissão Nacional de Extensão Universitária – Conex. Brasília, DF, 2 dez. 2013.

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

LEVINE, D. M. et al. **Estatística: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em português**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MACHADO, A. **A construção da extensão universitária brasileira, as políticas institucionais e o compromisso social das universidades: um estudo sobre a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro)**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2009.

MARTINS, E. de F. Extensão como componente curricular: oportunidade de formação integral e de solidariedade. **Revista Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 201-209, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/232>>. Acesso em: 10 maio 2016.

NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIAS, D. S. (Org.) **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Editora da UNB, 2001. p. 57-72.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.05-23, 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5>>. Acesso em: 12 maio 2016.

SANGENIS, L. F. C. Extensão universitária: um conceito em transformação. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 16., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. Disponível em: <[http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos\\_template/upload\\_arquivos/acervo/docs/3473d.pdf](http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/3473d.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SILVA, L.D. ; BERNARDES, M. A.; PELARIN, A. L. Indicadores e parâmetros para a estrutura da extensão universitária em uma IES: algumas propostas. In: SILVA, L. D.; CÂNDIDO, J. G. **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações**. São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2014. p. 21-37.

SOUSA, A. L. **A história da extensão universitária**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

SOUZA, O. S. S. de. A extensão universitária e as universidades populares. **Entreideias**, Salvador, n. 9, p. 253-264, 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2696>>. Acesso em: 11 maio 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.9771/2317-1219rf.v10i9.2696>.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade?** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).

Submetido em 4 de abril de 2017.

Aprovado em 27 de abril de 2017.